



ESTADO DO MARANHÃO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI MA**  
CNPJ 06.117.071/00001-55

TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 011/2018/BURITI  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27121130/2017/SEMAS

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE  
BURITI/MA E EXPANDIR DISTRIBUIDORA DE  
ALIMENTOS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS EIRELI-  
ME, NA FORMA ABAIXO:

MUNICÍPIO DE BURITI/MA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, sediada na Praça Felinto Farias N 01, Centro, Buriti-MA, CNPJ Nº 15.441.564/0001-37, doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representado respectivamente pela Secretaria de Assistência Social, Sr<sup>a</sup>. Gicelia Cardoso Lages da Silva, brasileiro, casada, portadora da carteira de identidade nº 000.061.845.296-6 SSP/MA e do CPF nº 860.948.153-00 residente e domiciliado na nesta Cidade e a empresa **EXPANDIR DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS EIRELI-ME** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda sob o nº 23.841.256/0001-27 estabelecida Na Rua Coelho de Resende, (zona Norte), Nº 2038, Sala 02, Bairro Marques de Paranaguá, Teresina/PI, CEP 64.002-470, neste ato denominada **CONTRATADA**, representada pelo Empresário, senhor **Luiz Fernando oliveira da Silva**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF, sob o 023.726.253-30 portador do R.G. nº 2.737.709 SSP /PI, **RESOLVEM RESOLVEM** celebrar o presente Contrato decorrente da licitação na modalidade Pregão Presencial n.º 005/2018/CPL/BURITI e do **Processo Administrativo n.º 27121130/2017/SEMAS**, com fundamento da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:**

O objeto do presente Termo de Contrato é a Contratação de empresa especializada em fornecimento de Kits de Recém Nascido de Interesse da Secretaria de Assistência Social do Município de Buriti/MA.

1.1. , conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

**1.2. Discriminação do objeto:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	V. UNIT	V. TOTAL
1	REDE	Und	150	100,00	15.000,00
2	ÁLCOOL ETILICO HIDRATADO 70% INPM ANTIBACTERIANO (USO HOSPITALAR)	Und	150	17,00	2.550,00
3	BANHEIRA	Und	150	40,00	6.000,00
4	BOLSA	Und	150	60,00	9.000,00
5	CONJUNTO DE ESCOVA DE CABELO	Und	150	31,80	4.770,00
6	CONJUNTO DE MIJÃO	Und	300	20,00	6.000,00

*gobages*



ESTADO DO MARANHÃO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI MA**  
CNPJ 06.117.071/00001-55

7	CONJUNTO DE SAPATINHOS E LUVAS	Und	150	14,00	2.100,00
8	CONTONETES	Und	150	6,00	900,00
9	CUEIROS	Und	150	33,00	4.950,00
10	FRAUDAS	Und	400	10,00	4.000,00
11	GAZE	Und	150	10,00	1.500,00
12	LENÇOL	Und	150	44,00	6.600,00
13	LENÇOS UMEDECIDOS	Und	150	16,00	2.400,00
14	MOSQUETEIRO DE REDE	Und	150	110,00	16.500,00
15	SABONETE	Und	150	5,80	870,00
16	SABONETEIRA	Und	150	7,00	1.050,00
17	TOALHA DE BANHO	Und	150	30,00	4.500,00
<b>Valor Total</b>					<b>88.690,00</b>

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA:**

3.

3.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será até 31/12/2018 contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**4. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO:**

4.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 88.690,00(oitenta e oito mil, seiscentos e noventa reais).

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**5. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2018, na 02 08 00 SEC. MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSIST. SOCIAL

5.1.

6.02 08 SEC. MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSIST. SOCIAL  
02 08 00 SEC. MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSIST. SOCIAL  
08 Assistências Social  
08 244 Assistência Comunitária  
08 244 0024 ASSISTÊNCIA COMUNITARIA  
08 244 0024 2041 0000 MANUT. SEC. DE TRAB. E AÇÃO SOCIAL

6. Nota de Empenho nº \_\_\_\_, datada de \_\_\_\_.

**7. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO:**

*gckages*

f



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI MA**  
**CNPJ 06.117.071/00001-55**

7.1. O pagamento será feito pela Prefeitura Municipal de Buriti, em moeda corrente nacional, mediante Transferência Bancária Eletrônica, direto na Conta da Contratada e ocorrerá até no máximo de 30 (trinta) dias após a data do recebimento definitivo do material, mediante a apresentação da competente Nota Fiscal ou Fatura;

7.1.1. A CONTRATADA deverá protocolar na sede desta Prefeitura a solicitação de pagamento, assinada e carimbada pelo representante legal da empresa em papel timbrado, contendo o nº do processo licitatório, as informações para crédito em conta corrente como: nome e número do Banco, nome e número da Agência e número da conta, anexando a Nota Fiscal devidamente atesta, emitida sem rasura, em letra bem legível, juntamente com cópia do contrato, cópia da nota de empenho como também as demais certidões atualizadas: Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, Certidão de Débitos Trabalhistas - CNDT, Certidão Negativa de Débito junto à Previdência Social - CND, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida por órgãos da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e certidões negativas de débitos expedidas por órgãos das Secretarias de Fazenda do Estado e do Município.

7.2. Como condição para Administração efetuar o pagamento, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação;

7.3. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização do referido material;

7.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ, constante da Nota de Empenho e do Contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo de filiais ou da matriz.

7.5. O pagamento dar-se-á diretamente na conta corrente da **Contratada**, junto ao Banco Brasil, agência nº 5605-7; e conta corrente nº 16.775-4.

**8. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES:**

8.1. O preço contratado é fixo e irrevogável.

8.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**9. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO:**

*gcbaes* 



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI MA**  
**CNPJ 06.117.071/00001-55**

**9.1.** O prazo de entrega do objeto deverá ser realizado, parcelado em DUAS ETAPAS, de acordo com as necessidades e quantitativo solicitado pela CONTRATANTE durante o período de vigência do contrato.

**9.1.1.** Os Materiais objeto do presente Termo de Referência deverá ser entregue no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Buriti - MA, localizado na Av. Coronel Felinto Pessoa, nº s/n, Buriti - MA, aos cuidados do Supervisor do setor competente de Segunda a Sexta das 8:00hs às 12:00hs.

**9.2.** As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no **Termo de Referência, documento integrante e apenso a este contrato.**

**10. CLAÚSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO:**

**10.1.** A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Decreto Municipal nº .....

**11. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:**

**11.1.** As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA– SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**1.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 1.1.1.** inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 1.1.2.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 1.1.3.** Fraudar na execução do contrato;
- 1.1.4.** Comportar-se de modo inidôneo;
- 1.1.5.** Cometer fraude fiscal;
- 1.1.6.** Não mantiver a proposta.

**1.2.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**1.2.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

**1.3.** Multa moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até a data do efetivo inadimplemento, observando o limite de 30 (trinta) dias;

**1.3.1.** Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

*gchages*

f



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI MA**  
**CNPJ 06.117.071/00001-55**

1.3.2. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

1.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

1.3.4. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Buriti/MA com o consequente descredenciamento no Sistema de Cadastro Próprio da BURITI/MA pelo prazo de até cinco anos;

1.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

1.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

1.4.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

1.4.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

1.4.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

1.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

1.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

1.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastro Próprio da BURITI/MA.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO:**

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

*gcbages*

*[Handwritten mark]*



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI MA**  
**CNPJ 06.117.071/00001-55**

11.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3. Indenizações e multas.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES:**

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.1.3. Subcontratar.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.**

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas gerais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO**

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO**

15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Buriti/MA.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

*J. Chagas*

*f*



ESTADO DO MARANHÃO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI MA**  
CNPJ 06.117.071/00001-55

Buriti/MA 10 de Janeiro 2018

*Giellia Cardoso Soares da Silva*  
\_\_\_\_\_  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
CNPJ Nº 15.441.564/0001-37

*Paulo Roberto de Jesus*  
\_\_\_\_\_  
EXPANDIR DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E MATERIAIS  
ODONTOLÓGICOS EIRELI-ME  
CNPJ 23.841.256/0001-27